



EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: ENTRE O NACIONAL E O LOCAL

EDUCATION AND DEVELOPMENT: NATIONAL AND BETWEEN THE LOCAL

Jacira Garcia Gaspar
Doutora pela Universidade de Lisboa-Portugal
Professora da Universidade Federal do Tocantins
jacirageo@uft.edu.br

Resumo

A interferência de agentes educacionais na agenda cultural brasileira se faz sentir a partir dos anos 1980; entre eles, os interlocutores, destacam-se o Banco Mundial, Banco Internacional para a Recondução e Desenvolvimento (BIRD) e as agências da ONU. Sabemos que estes interlocutores deixam claro o seu caráter utilitarista, reducionista e economicista. Neste sentido analisamos esta interferência no ensino superior brasileiro e traçamos uma historiografia da expansão do ensino superior no Tocantins e na cidade de Araguaína, onde as IES se materializam e produzem novas possibilidades de redefinição de comportamentos dos atores envolvidos e de novas funcionalidades urbanas a partir desta oferta de serviços educacionais.

Palavras chaves: Ensino superior, Expansão, Cidade, Funcionalidade

Abstract

The interference of educational agents in the Brazilian cultural agenda is felt from the 1980s; among them, the interlocutors; World Bank, International Bank for Renewal and Development (IBRD) and the UN agencies, stand out the most. It is known that these interlocutors make clear their utilitarian, reductionist and economic character. In this sense we analyze this interference in the Brazilian higher education and trace a historiography of the expansion of higher education in the state of Tocantins and in the city of Araguaína, where HEIs materialize and produce new possibilities of redefining behaviors of the actors involved and a new urban features from this supply of educational services.

Keywords: Higher Education, Expansion, City, Functionality.

Introdução

Araguaína, um município com forte influência político ideológica definidor de sua vocação para a agropecuária extensiva e latifundiária, passou então a conviver a partir dos anos da década de 1999 com o chamado *boom* expansivo do ensino superior.

Este *boom* teve origem na implantação de sistema superior de ensino privado massivo, entre eles o Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos-ITPAC, na criação da Universidade Federal do Tocantins-UFT (2003) e na implantação de Faculdade Católica (2005), bem como nos cursos na modalidade a distância, com seus pólos regionais e outros *locus* híbridos de iniciativa pública e privada, sendo ainda de realçar a rápida e volumosa expansão de associações que oferecem cursos de pós -graduação *Lato sensu*.

Este crescimento da oferta de cursos superiores trouxe novos personagens sócio educativos no cenário urbano que, por sua vez, são atores diretamente geradores de processos de redefinição de funções urbanas, em especial no consumo de entretenimento e na expansão territorial e imobiliária da cidade. Esta vontade de perceber o papel da cidade na região, levou-nos a questionar a importância de outras funcionalidades urbanas da cidade no reforço da sua posição como *localidade central*. De entre essas novas funcionalidades e atendendo à nossa situação de docente e investigadora, aquela que mais interesse imediato despertou e nos obrigou a enveredar por nova investigação, foi a oferta de serviços educacionais em nível superior. É esta necessidade de compreender o papel destes serviços de educação no crescimento da cidade que justifica resgatamos a evolução histórica da presença das Instituições e dos cursos superiores de ensino presencial; e, ainda, o acompanhamento da implantação de equipamentos urbanos demandados neste espaço em construção; bem como um estudo da evolução demográfica e sócio-espacial, dentro de um parâmetro temporal (1999 a 2009), na região objeto de estudo.

As organizações internacionais, a educação e o desenvolvimento.

Desde os antigos gregos já se afirmava sobre o poder da educação na mudança de comportamento de pessoas e de grupos, seja ela formal ou informal. Ao longo dos séculos a mesma idéia continua revestida de novas palavras. No Brasil, não foi diferente, lembramos um dos primeiros presidentes da era desenvolvimentista, Juscelino Kubitschek, que já afirmava sobre a urgência do desenvolvimento pelo viés da educação¹, (CUNHA, 2000).

Entendemos que as políticas educacionais são a expressão dos embates travados entre o Estado e a sociedade, ao longo dos anos. Porém no caso do Brasil, a interferência de agentes educacionais na agenda cultural brasileira se faz sentir a partir dos anos 1980; entres eles, os

¹ O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) traz a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia. O Governo JK criou o Conselho de Desenvolvimento Nacional a partir do qual foi formulado o Plano de Metas, consubstanciado inicialmente em 30 objetivos a serem alcançados nas áreas de energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação. Nesse período pela primeira vez contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensifica a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. (PERIRO, 2003).

interlocutores, destacam-se o Banco Mundial, Banco Internacional para a Recondução e Desenvolvimento (BIRD) e as agências da ONU.

Sabemos que estes interlocutores deixam claro o seu caráter utilitarista, reducionista e economicista e, nesta direção, DOURADO (1999) indica que as propostas do Banco Mundial para a educação têm fundamento no reducionismo economicista, com uma visão unilateral de custos e benefícios. Desta forma assenta-se na defesa da descentralização dos sistemas; no desenvolvimento de capacidades básicas de aprendizagem necessárias às exigências do trabalho flexível; na realocação dos recursos públicos na educação básica; na ênfase na avaliação e eficiência, induzindo as instituições à concorrência; na capacitação de docentes em serviço, em programas paliativos.

DOURADO (1999) destaca bem as recomendações do Banco Mundial para a educação superior contidas no documento *O ensino superior e as lições derivadas da experiência*, cujas prescrições são claras neste sentido, segundo o autor:

1. Privatização deste nível de ensino, sobretudo nos países como o Brasil, que não conseguiram acesso, e equidade e qualidade no ensino fundamental, de modo a garantir a expansão de oportunidades educacionais; 2. estímulo a instituições estatais, visando ampliar e diversificar fontes de recursos; 3. aplicação de recursos públicos nas instituições privadas; 4. eliminação de gastos com políticas compensatórias (moradia, alimentação); 5. diversificação do ensino superior através de incremento de instituições não - universitárias; 6. autonomia institucional, com vistas à melhoria da qualidade e eficiência entre outros. (DOURADO, 1990, p. 124).

Acentua DOURADO (1999) que, através dos dispositivos de ordem legal-institucional o Brasil, no que diz respeito à Educação, em nível do ensino superior, tem incorporado o discurso do Banco Mundial. A lei de diretrizes e bases da educação brasileira- LDB - Lei 9.394/96 (BRASIL, diário oficial da união 20/12 1996)- expressão máxima da legislação educacional brasileira -, sinaliza reservar à educação superior um conjunto de exigências e princípios vinculados aos organismos internacionais, destacando-se a linha descentralizadora e flexibilizadora presente nesta legislação. O autor ainda ressalta uma ausência de interlocução entre o MEC e os segmentos organizados das comunidades acadêmicas, a exemplo do Exame chamado *Provão*, hoje, ENAD, que tem legitimado uma classificação das IES semelhante àquela que se faz em outros setores de atividade da sociedade, o *ranking*.

Portanto, evidencia-se que, na mesma linha de argumentação do Banco Mundial (1995), as instituições nacionais em consenso, encaram a educação e a formação das populações como chave para a sobrevivência individual e coletiva, dentro de um quadro de competição econômica global. A este respeito ressalta MESQUITA (2002, p. 21) quando comenta sobre as argumentações do Banco Mundial:

A melhoria das aptidões e da capacidade do trabalhador é essencial para o êxito econômico numa economia global cada vez mais integrada e competitiva. O investimento em Capital Humano pode melhorar o padrão da vida familiar, expandindo as oportunidades, aumentando a produtividade, atraindo investimentos de capital e elevando a capacidade de auferir renda.

No Brasil, a reformulação administrativo-gerencial do Estado, nos anos de 1990, configurou-se como um importante instrumento de difusão das mudanças e transformações requeridas pela concepção empresarial e mercadológica, realizada por meio das reformas desenvolvidas em vários setores sociais e, neste sentido, consolidando a redefinição do papel do estado brasileiro para o tipo de um *Estado Gerencial* (MESQUITA, 2002).

Esse modelo de gerenciamento, disseminado no contexto empresarial, foi marcante nas propostas reformistas, pois, pelos anseios governamentais, acreditava-se que seria um modelo que permitiria que o sistema público funcionasse com mais eficácia e eficiência. Nestas circunstâncias, o modelo de gestão pública que vai sendo preconizado é o da gestão por resultados por meio da busca da qualidade total. (MESQUITA, 2002)

Essa lógica foi promovida por uma apologia feita ao mercado como organizador da vida social e fortaleceu-se na defesa da privatização de empresas públicas e de políticas públicas orientadas para o mercado, baseando-se, pois, na problemática busca da competência, da eficiência e da eficácia para a obtenção de melhores resultados, gerando menos ônus aos cofres públicos. Assim, de forma superficial podemos visualizar o papel desses elementos reformistas na reestruturação do ensino superior após os anos 1990. (OLIVEIRA, 2000).

Desenvolvimento regional: o que as universidades têm com isso?

A universidade e as instituições de ensino superior são frequentemente chamadas a desempenhar um papel de grande importância na vida de um país, região ou cidade. Neste sentido o desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional e urbano e o desenvolvimento universitário devem caminhar juntos, mantendo uma estreita correlação; no entanto verifica-se por vezes um desconhecimento mútuo. A Universidade e os cursos superiores procuram responder às solicitações das empresas em termos de demanda de crescimento de alunos e cursos e nem sempre estas demandas são adaptadas às condições da formação acadêmica, limitando-se o atendimento, por parte da universidade, a esta procura feita pelas empresas e a sociedade em geral.

Na tentativa de resgatar os estudos relativos ao desenvolvimento regional, sabemos que eles só aparecem com força considerável e começam a se firmar como campo de conhecimento específico nas décadas de 1940 e 1950. Antes disso, houve imenso desprezo pela questão espacial, tanto nas políticas econômicas quanto na ciência econômica. “As raras tentativas anteriores haviam sido todas restritas a uma determinada região, além de pertencerem ao contexto inverso, isto é, o da contração da economia mundial durante o entre-guerras” (Da VEIGA, 1999, p. 310).

As rápidas transformações econômicas, sociais e principalmente políticas (guerra fria) apressaram as ações destinadas a reduzir as diferenças regionais e a preservar a unidade nacional. Diante das primeiras experiências e dos acontecimentos do pós-guerra, o desenvolvimento regional converte-se numa importante atividade estatal, agora sob o amplo paradigma da integração nacional (BOISIER, 1996).

Sob o paradigma da integração nacional, o desenvolvimento regional torna-se, também, um instrumento político e ideológico. Em meados dos anos 1950 e início dos anos 1960, vários países, principalmente os da América Latina, têm seus governos controlados por forças que se autodenominam progressistas, cujo aspecto marcante é o nacionalismo exagerado. Estes governos criaram estruturas administrativas cuja principal missão era a de planejar o povoamento de territórios nacionais através de investimentos públicos em infraestrutura, incentivos e regulamentações sobre os investimentos privados. Objetivava-se, com esta política, reduzir as distorções espaciais criadas pelo crescimento econômico do pós-guerra.

SMITH (2006) afirma que as Instituições de Ensino Superior são reconhecidas como mecanismos de desenvolvimento regional, não só pelo seu principal papel – educar os indivíduos – mas também devido à sua influência na região ou localidade, a qual compreende vários aspectos, que não podem ser isolados, mas que estão fortemente relacionados. As Instituições de Ensino Superior são, portanto, instituições de elevada importância financeira e

social nas regiões em que operam, garantindo oportunidades educacionais, econômicas, sociais e culturais que de outra forma não existiriam na região.

ROBERTO LOPES (2001), quando contextualiza as condições para o aparecimento dos novos paradigmas do desenvolvimento regional endógeno, diz que, hoje novas abordagens a respeito da problemática regional estão filiadas às teorias da Inovação, da Competição e do Crescimento Endógeno. Sendo o endógeno correspondente a um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região, seja através da implantação de novas atividades econômicas e/ou da exploração e atualização das já existentes. Compondo-se assim no território, algo que é capaz de influenciar o modo de organização e a dinâmica das atividades econômicas e, ao mesmo tempo, é influenciado por elas.

Complementando, LOPES (2001) afirma que não se consegue distinguir, de forma clara, diferenças entre desenvolvimento local e desenvolvimento regional. No entanto, mesmo diante da diversidade de enfoques, todas essas vertentes têm em comum a ênfase dada aos governos e atores locais como agentes de transformação. Estes estariam apoiados no conhecimento do potencial endógeno, constituído pelos recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais de um lugar.

ROSAN (2002) referindo-se ao envolvimento com a comunidade onde instalam-se essas instituições, afirmam que os membros das comunidades envolvidas também têm vantagens na medida em que utilizam recursos culturais e educacionais da IES, como a biblioteca, a rádio, as conferências, concertos, exposições, eventos desportivos, entre outras. As IES, como instituições de liderança das regiões onde se encontram, são potentes indutores econômicos, centros tecnológicos, empregadores e investidores. Neste sentido, o papel das IES evoluiu para uma relação de causa e efeito com a sociedade, a tecnologia e a economia.

O mesmo autor salienta que convém realçar que a existência de uma IES numa região não traz só benefícios para a mesma, mas traz, também, alguns custos. Isto é, as instituições usufruem de vários benefícios, tais como instalações gratuitas, serviços municipalizados gratuitos ou terreno gratuito. Menciona também a maior procura de alojamentos, aumentando o valor das propriedades, o que não é bem acolhido pelos residentes locais, especialmente pelos que não possuem propriedades e /ou os de menores recursos que vêem os preços a subir.

Por outro lado, a produção de conhecimento é mais forte e melhor quando existem parcerias entre as IES e as comunidades envolvidas. A presença de IES na região fornece um considerável retorno de receitas e aumento dos empregos na comunidade. Quando este impacto econômico se relaciona com os benefícios de saúde e socioculturais torna-se evidente que uma IES constitui uma importante parceira para sustentar e melhorar o bem-estar da comunidade.

Complementando, CORTEZ (2004), FERRÃO (2003) CABRITO (2011) realçam a necessidade de determinar qual a relação que a instituição estabeleceu com a comunidade quando se analisam os impactos das IES no desenvolvimento da região. É indiscutível que as IES necessitam de um bom relacionamento com as comunidades onde estão inseridas, não só para responderem às necessidades das mesmas e garantirem saídas profissionais para os seus graduados (um dos indicadores de sucesso da IES) como para satisfazer a certas necessidades da comunidade.

No entanto, a crescente demanda por ensino superior tem alterado progressivamente o seu papel, levando a uma massificação que tem tido como consequência a banalização e erosão dos diplomas, e dos serviços educacionais cada vez mais generalizadas, possibilitando assim sua multiplicação e classificação em diferentes tipos hierárquicos de IES, onde os serviços são dispensados, NÓVOA (2011). Tal afirmativa, comprova-se pelo número cada vez maior de locais com universidades e cursos superiores e cursos técnicos ou simples extensões em pólos localizados em articulação com a “universidade mãe”. Assim, em última

instância, a região ou cidade, como pólo de prestação de serviços mais elevados, contribui para a redefinição de uma hierarquia urbana, sem que necessariamente este seu papel seja revertido como possibilidade de desenvolvimento regional. (AZEVEDO, 1998, p. 33).

A partir disto, analisaremos o papel da cidade de Araguaína e os serviços de Educação Superior que começaram a se delinear no quadro regional, principalmente pela inexistência ou precariedade dessa estrutura na região Norte do Estado, em tempos pretéritos. Percebe-se nesta cidade, como em todo o país, a crescente participação da iniciativa privada na implantação de Faculdades, Institutos, extensões de pólos na oferta de cursos superiores, o que se insere num contexto mais amplo da política de educação a partir de 1990².

Neste contexto, a educação passou a se constituir com um bem comercializável, acompanhando as novas características do setor produtivo da economia. O fortalecimento deste setor privado educacional, em alguns casos subsidiado pelo Estado, interferiu direta e indiretamente na configuração urbana e na acessibilidade da oferta de bens e serviço da cidade de Araguaína o que vem reforçando o seu papel de localidade central e de centro regional.

Entre o nacional e o local

Trazendo esta realidade para uma escala menor, no caso, o estado do Tocantins, percebemos que a expansão³ das IES é um fato visível em todo o Estado, o que vem a ser confirmado com dados fornecidos pela SEPLAN-TO/Inep, onde registra-se que: em 1999 em todo o estado haviam apenas 4 Instituições de ensino superior com 57 cursos; 584 professores e 7,199 alunos matriculados. Em 2000 eram as mesmas 4 instituições; 81 cursos; 856 professores e 9.113 alunos. Em 2002, respectivamente: 15 instituições, 235 curso; 1.094 professores e 26.930 alunos e em 2006, 32 instituições; 357⁴ cursos; 2.166 professores e 32.562 alunos; em 2009 são 33 instituições de ensino superior presenciais, sendo 4 públicas e 29 privadas; 191 cursos⁵; 3.385 professores entre estes, 375⁶ são doutores concentrando-se em 90% nas instituições públicas federais ; e um total de 33.957 alunos matriculados segundo o Inep - Censo do Ensino Superior/SEPLAN-TO, demonstrados na tabela 1.

Tabela 1. Estado do Tocantins: Evolução do Ensino Superior – Presenciais

	1999	2000	2002	2006	2009
--	------	------	------	------	------

² Dourado (1990), reafirma os dispositivos de ordem legal-institucional que corroboram com esta expansão através de linhas descentralizadoras e flexibilizadoras, presentes nas legislação educacional brasileira após este período.

³ No ano 2000 a população universitária do Estado representava apenas 0,3% em relação à população universitária do Brasil, em 2004 ela mais que duplicou para 0,8%.

⁴ Neste período os cursos eram contabilizados pelo Inep (no Sistema de Registro de Cursos) como pólos presenciais, ou seja, cada pólo EaD, era considerado um curso. Isso causou muitos problemas, porque os cursos em EaD são autorizados a funcionar um a um e nesse descontrolado de números do MEC e Inep, e das empresas privadas com as universidades públicas, formou essa situação. Em 2004 a Unitins foi credenciada a ofertar o Curso Normal Superior na Modalidade EaD no Tocantins e nas demais unidades federativas do Brasil , o que em parte aumentou muito o número de cursos , mesmo fazendo parte de um programa, portanto temporários, por interesses diversos. O que justifica essa diminuição nos anos que se seguem. (Depoimento de Prof. Geraldo da Silva Gomes – Unitins).

⁵ Estes valores são resultantes dos critérios atuais utilizados pelo Inep, conforme esclarecido anteriormente.

⁶ Vale salientar que em 1999 dos 584 professores de nível superior , apenas 28 tinham o nível de doutorado (www. Inep.gov.com .br 2009)

IES	4	4	15	32 ⁷	33
Cursos	57	81	235	357	191
Professores	584	856	1.094	2.166	3.385
Alunos	7.199	9.133	26.930	32.562	33.957

Fonte: Inep - senso do ensino superior 1999, 2000, 2002, 2006, 2009.(www.inep.gov.).

Estes dados, mesmo que superficiais, demonstram a grandiosidade numérica e as contradições, próprias de um país de dimensões continentais. Associados a esta educação que acaba tendo uma conotação fabril, dominada por uma lógica economicista, outras alterações se notam, como a introdução de modalidades de ensino a distância (EaD), por exemplo, que ocorre de forma avassaladora: através da utilização dos computadores, ligados à rede *word wide web (internet)* onde novos códigos e elementos de significação provocam transformações de diversos tipos, especificamente favorecendo a criação e multiplicação dos cursos tele presenciais e de caráter técnico, dentro das Instituições de ensino superior.

Portanto, nas Tabelas 1 e 2, tentamos dimensionar a evolução do quadro educacional superior de instituições presenciais no Tocantins, com as informações disponíveis no momento, e nas três instituições de ensino superior em Araguaína. Assim de forma geral, podemos afirmar que, em 2009, as instituições com ensino presencial em Araguaína ofertavam um total de 24 cursos de graduação (sem contabilizar os cursos do Reuni e EaD); na pós-graduação eram 16 cursos *Lato Sensu* e um, *Stricto Sensu*; contavam as três IES com um total de 438 professores, 426 colaboradores do quadro administrativo e mais de 7.000 alunos. Registra-se que, desde as respectivas implantações das instituições, um total de 3.883 egressos já são portadores de diplomas superior.

Tabela 2. Instituições de Ensino Superior – Presenciais em Araguaína, TO – 2009

Instituições	UFT	ITPAC	Fac. Católica	Total
Ano de implantação	1985 ^{*1} / 2003	1998	2005	–
Cursos de Graduação	12 ^{*2}	10	2	24
Cursos de Pós Graduação	5	9	2	16
Professores	137	249	52	438
Alunos	1.968	4.172	880	7.020 ⁸
Alunos formados	1.583 ^{*3}	2.000	250	3.833
Colaboradores	159 ^{*4}	223	32	416

Fonte: Dados fornecidos pelos gestores da IES (junho,2009).

*1. Em 1985 dá-se a implantação da Facila / Unitins, em 2003 a Unitins é encampada pela UFT.

⁷ Segundo o Inep, das 32 IES no Tocantins quatro são públicas, destas, duas são federais, uma estadual e uma municipal e 28 privadas.

⁸ Este número representa só os alunos da graduação, não estão computados os alunos das pós-graduações desenvolvidas pelas IES.

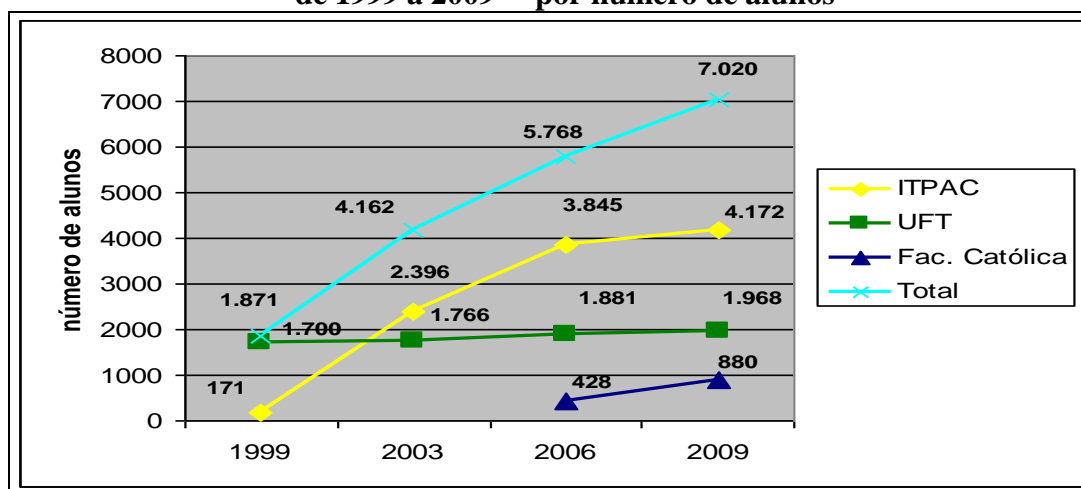
*2. Fazendo parte das metas do Reuni, foram implantadas 14 novos cursos na UFT, sendo 6 no *Campus* de Araguaína a partir do segundo semestre de 2009, o que passa a ser total de 12 cursos.

*3. Números referentes apenas a formados pela UFT, após 2003 até 2009.

*4. Dos 159 colaboradores, 93 são técnicos administrativo concursados, e 66 terceirizados de empresas particulares das empresa Fenix e Jorima Ltda.

Demonstrando, mesmo que de forma superficial, os valores do Gráfico 1 permitem observar o perfil desta evolução pelo acréscimo do número de alunos matriculados entre 1999 e 2009, particularmente das instituições de ensino superior privadas presenciais em Araguaína. Portanto, contata-se na cidade, em um período de 10 anos, um aumento do contingente populacional universitário na ordem de 275 %, enquanto que o crescimento em todo o Estado foi na ordem aproximada de 371 %, no mesmo período. Observando-se por instituição presencial em Araguaína, podemos afirmar que o ITPAC foi a instituição que mais contribuiu para o crescimento populacional universitário, uma vez que registrou, em 10 anos, um aumento na ordem de 2.340 %, seguido da UFT que registra um aumento bem inferior de 16 %.⁹ Com relação à Faculdade Católica, sendo a instituição de criação mais recente, não é possível utilizarmos o parâmetro anterior; porém, percebe-se, em um período de 4 anos, isto é, após sua implantação em 2005, que a instituição teve seu número de estudantes acrescidos de 780 %.

Gráfico 1. Expansão do Ensino Superior em Araguaína –TO de 1999 a 2009 por número de alunos

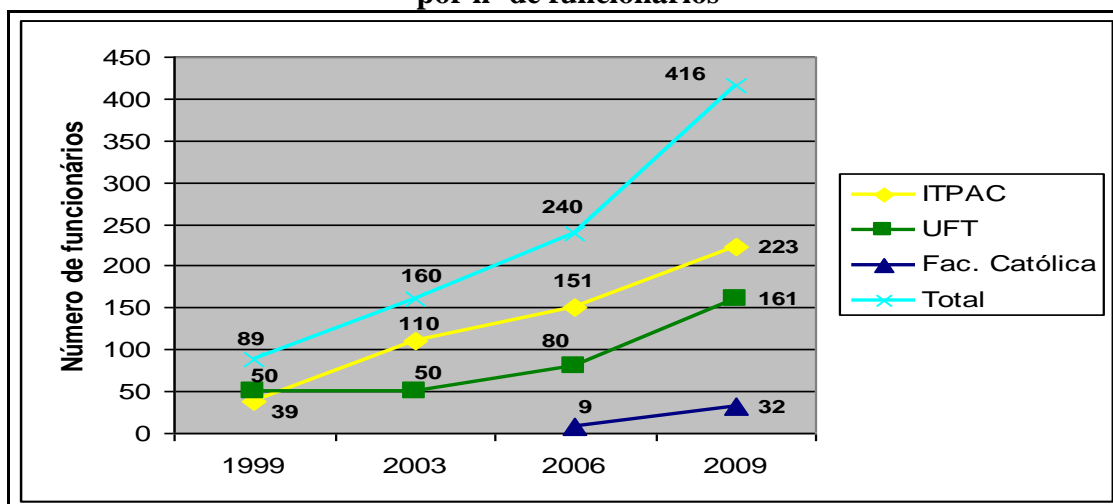


Fonte: Secretarias Acadêmicas das três instituições pesquisadas, abril de 2010.

Org.: Garcia, Jacira.

⁹ Os estudantes da Unitins; estes foram absorvidos pela UFT, criada em 2003. Os alunos do Reuni e EaD só são computados a partir de 2009, o que justifica a UFT apresentar números inferiores; os mesmos não fizeram parte da nossa amostragem por razões já explicitadas na metodologia contida da Tese.

Gráfico 2. Expansão do Ensino Superior em Araguaína (TO) de 1999 a 2009 por nº de funcionários



Fonte: Secretarias acadêmicas das três instituições, abril de 2010.

Org.: Garcia, Jacira.

Assim, de forma geral demonstramos na Tabela 2 e nos Gráficos 1 e 2, o crescimento nas instituições em estudo nos seus três segmentos: alunos, professores e funcionários, entre os anos de 1999 a 2009. Portanto num prazo de 10 anos, de um modo geral podemos dizer que a cidade teve um aumento de 275 % no número de estudantes universitários; um aumento de mais de 468 % no número de professores; e mais de 343,0 % no número de funcionários¹⁰ durante este período. A evolução numérica destes segmentos vem corroborar de forma direta com a dinâmica econômica cidade.

Portanto, não poderíamos deixar de perceber as significativas transformações por que a cidade vem passando, seja na produção de novos espaços residências e segregações de outros, ou na produção de equipamentos urbanos. Esta situação leva-nos a afirmar que o desenho da cidade tem se modificado com a chegada do ensino superior, em um primeiro momento, início dos anos de 1900, com a criação da Universidade do Tocantins – Unitins, posteriormente em 2003, a implantação da Universidade Federal do Tocantins-UFT, bem como, em 1998, uma nova Instituição de Ensino Superior o: Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos – ITPAC; em 2005 o surgimento das Faculdade Católica Dom Orione – FACADO.

Esta expansão não é diferente do observado em todo o país, a partir dos anos de 1990. Entretanto, em Araguaína, cidade onde predominavam as atividades comerciais e agropecuárias, este aumento sinaliza mudanças de perfil socioeconômico e espacial, onde novas relações se estabelecem e se materializam no espaço urbano. Estas novas relações materializam-se através de diversas práticas entre os agentes sociais e institucionais neste espaço sinalizando uma redefinição de novas funcionalidades urbanas.

¹⁰ A evolução do número de funcionários da UFT/Unitins, entre 1999 e 2003, apresentado no gráfico, é resultante de uma estimativa, feita com ex. funcionários da Unitins, visto não estarem disponíveis estes dados; portanto estes números representam o resultado de entrevistas com funcionários da Unitins. Em 2003 a UFT contava com um funcionário público federal. O número total da UFT após 2006 é resultante da de funcionários efetivos e os terceirizados pelas empresas Fênix e Jorima.

Paralelamente e paulatinamente, às IES objeto de nosso estudo, acontece a coexistência da EaDcom Unitins¹¹ que passa a atuar após o ano 2001 a oferecer cursos telepresenciais e semi-presenciais. Além destas, outras instituições de ensino superior instalam-se, especialmente com a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, semi-presenciais em regime modulares das mais variadas formações. Resta-nos saber como estas novas configurações, que ocorrem no espaço Araguainense via expansão do ensino superior, interferem no desenvolvimento sócioeconômico da cidade e região, qual o perfil sócioeconômico destes alunos, quem é este professor suas origens e perspectivas futuras em relação ao local, quais as relações que estabelecem com o local, como mão-de-obra qualificada e trabalho local se complementam.

Considerações finais

Vários autores realçam que o desenvolvimento das cidades e regiões está cada vez mais dependente da capacidade de inovação e dos conhecimentos, que, por sua vez, estão assentes em recursos humanos qualificados. Portanto, as IES, enquanto instituições de criação de conhecimento, terão a capacidade de responder a estas exigências, requeridas por uma sociedade em constante mudança. É aqui que a sua articulação com as forças do local e da região é fundamental.

Desta forma, a análise dos dados, no seu total, nos revela a evolução e estruturação do serviço de ensino superior na região pólo e, em parte proporcionado pela fragilidade destes serviços na sua interlândia, e que, por sua vez, condiciona a hierarquia de cidades, levando ao surgimento de cidades - pólo ou localidade central, que vem formar uma rede hierárquica a partir da cidade de Araguaína, abrangendo um maior volume de usuários destes serviços educacionais. Este fato, faz de Araguaína uma cidade polarizadora, exercendo influência num raio para além de suas fronteiras políticas, alcançando, especificamente, o Norte do Tocantins, o sudeste do Pará e o sul do Maranhão.

Neste sentido, entendemos que: a oferta de ensino superior em Araguaína, cidade localizada no Norte do estado do Tocantins, poderia ser entendida como uma dessas novas ilhas, beneficiada pela possibilidade de interação com territórios mais distantes da sua *interlândia*, via redes físicas de transporte, ao mesmo tempo em que aproveita de forma integrada as especificidades locais, isto é, atividades agro pastoris, agronegócio e os serviços que dela advêm, fluindo assim sua centralidade.

O impacto das universidades e Instituições de Ensino Superior sobre as regiões em que elas estão inseridas é sempre um processo inacabado e de longo prazo. Assim sendo, a compreensão da contribuição da UFT, ITPAC e Faculdade Católica na cidade de Araguaína, situada no norte do Tocantins, é um processo em elaboração, portanto difícil, de respostas definitivas, embora apresentem sinais positivos na dinâmica da cidade, o que lhe confere novas configurações no espaço urbano e sinaliza mudanças de perfil sócio, econômico e espacial, onde novas relações estão a se estabelecer e se materializam no espaço urbano, através de diversas práticas entre os agentes sociais (estudantes e professores) e institucionais, sejam elas de ordem econômica, populacional, social ou culturais.

REFERÊNCIAS

¹¹ EaDcom, denominada de empresa intermediária que, a partir do momento de expansão descontrolado da EaD no Brasil nessa primeira década do séc. XXI e da mercantilização estabelecida, ela passar a manter tecnologicamente os pólos associados .

AZEVEDO, M^a da Graça. *A Integração da universidade na cidade: o caso da universidade do continente português*. Universidade de Lisboa; pp. 181. (1998). Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional.

BOISER, Sergio. *Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político*. Planejamento e políticas públicas. n^o 13 - jun. de 1996, p. 111-143.

CABRITO, Gil B. Financiamento e Privatização do Ensino Superior em Portugal: entre a Revolução de Abril e a Declaração de Bolonha. In Cabrito, B. & Jacob, V. (orgs.). *Políticas de Financiamento e Acesso da Educação Superior no Brasil e em Portugal – Tendências Actuais*. Lisboa, Educa:2011.

CUNHA, Luís Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: estado e mercado. *Educação & Sociedade*. Campinas, out: 2004 v.25, n.88, p. 795-817 .

CORTES, Álvaro. Estimating the Impacts Urban Universities on Neighborhood Housing Markets An Empirical Analysis. *Urban Affairs Review*, Vol. 39, No 3.

Da VEIGA, José Eli. *A face territorial do desenvolvimento*. In: Encontro Nacional de Economia, XXVII, 1999, Belém. Anais. Belém: Anpec, 1999. p.1301- 1318.
<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457/4922>. Acesso em: 12 set. 2010.

DOURADO, Luis Fernando. As transformações da sociedade contemporânea, o papel do Banco Mundial e os impactos na educação superior. In: Silva, Rinalva Cassino (org). *Educação para o século XXI: Dilemas e perspectivas*. Piracicaba SP: UNIMEP, (1999). p.18-32.

INEP. *Resumo Técnico: censo da educação superior 2007*. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf. Acesso em: 10 out. 2009.

FERRÃO, João. *Serviços e Inovação: novos caminhos para o Desenvolvimento Regional*. colecção «Geografias», Celta Editora, Oeiras-PT. (1992).

LOPES, Roberto Paulo Miranda. *Universidade Pública e Desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da universidade do Sudoeste da BA*. Rio de Janeiro: UERG. (2001). Tese de doutoramento em Economia.

MESQUITA, Leopoldo. *Educação e desenvolvimento econômico Contribuição para o estudo e natureza presente de uma relação*. Lisboa: UL,2002. Dissertação de mestrado em planeamento regional e gestão de cidades.

NÓVOA, António Sampaio. *Prefácio*. In: Cabrito B. e Jacob, Vera, C. (Org.). *Políticas de Financiamento da Educação Superior no Brasil e em Portugal- tendências atuais*. Lisboa: Educa. (2011).

OLIVEIRA, João Ferreira de. *A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás*. 2000. 210 f. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado em Educação.

ROSAN, R. *The key role of universities in our nation's economic growth and urban revitalization*. UrbanLandInstituteForecasting.(2002).Disponível em:<<http://www.advancement.uh.edu/impact/download/PDF/EconomicImpactStud>. Consultado em 27 abr. 2010.

SIMITH, B. (2006). *The economic impact of higher education on Houston: A case study of the university of Houston system*. University of Houston's Institute for regional. Disponível em: <<http://www.advancement.uh.edu/impact/download/PDF/EconomicImpactStud>. Acesso em: 12 mai. 2010.